

VISTO
BH. 25/03/19

FUNDAÇÃO RENOVA
(Fundação de direito privado sem fins lucrativos)

Gabriel Pereira de Mendonça
Promotor de Justiça
Curador de Fundações

CNPJ/MF nº 25.135.507/0001-83

**ATA DA 14ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO
REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2018**

1. **Data, horário e local:** No dia 19 de junho de 2018 às 08h00min, na Avenida Getúlio Vargas, nº 671, 1º andar, bairro Funcionários, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.
2. **Convocação, presença e instalação:** A reunião foi devidamente convocada conforme as regras previstas no artigo 48 do Estatuto da Fundação Renova, tendo comparecido as pessoas a seguir listadas:
 - 2.1. Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta, participando de forma presencial;
 - 2.2. Sr. Carlos Alberto Sangália, participando de forma presencial;
 - 2.3. Sr. Cláudio Bruzzi Boechat, participando de forma presencial;
 - 2.4. Sr. Élcio José Souza de Oliveira, participando de forma presencial;
 - 2.5. Sr. Hernani Ciro Santana, participando de forma presencial;
 - 2.6. Sr. Hugo Stefanio Carvalho Carneiro, participando de forma presencial;
 - 2.7. Sr. Humberto Savelli B. Gomes, participando de forma presencial;
 - 2.8. Sr. Igor Rodrigues de Assis, participando de forma presencial;
 - 2.9. Sr. João Lages Neto, participando de forma presencial;
 - 2.10. Sr. José Geraldo Rivelli Magalhães, participando de forma presencial;
 - 2.11. Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza, participando de forma presencial;
 - 2.12. Sr. Tarcísio Foeger, participando de forma presencial;
 - 2.13. Sra. Ubaldina Maria da Costa Isaac, participando de forma presencial.
- 2.14. Presentes os seguintes representantes da Fundação Renova: José Carlos Carvalho, membro do comitê técnico do Conselho Curador; Yone Melo Fonseca, líder de programas socioambientais; Roberto Waack, Diretor-presidente; Daniel Karrqvist, Diretor de Programas Socioambientais e Socioeconômicos; Neuza Tito, Gerente de território; Lucas Scarascia, líder de programa socioambiental; Cynthia Hobbs, Diretora de Planejamento e Gestão; Andrea Azevedo, Diretora de Desenvolvimento Institucional; Mariana Azevedo, Gerente de território; Daniela Reis, Líder de Comunicação com Comunidades; Christiana Freitas, Especialista de Direitos Humanos; Rafaela Teodorico, Analista de Governança; Pedro Ivo Belo, Analista de Programas Socioambientais; Camila Figueiredo, Analista de Governança; Elaine Cristina, Analista de Negociação; Fernando Cavalcanti, Analista de Programa Socioeconômico; Felipe Bruschi, Supervisor de Negociação PIM; Carla Rocha Souza, Supervisor de Negociação; Maria Lethícia Mata, Analista de Negociação – Indenização (PIM); André Vasconcelos, Especialista de Programas Socioeconômicos; José Luiz

8000:

MC

JK

aculho

Furquim Santiago, Gerente Executivo de Obras e Caroline Fernandes Gomes Coelho, advogada externa da Fundação Renova.

2.15. Presentes também as representantes da Obraschi: Sabrina Parol e Olívia Braschi; a representante da WRI Brasil: Raquel Biderman.

3. **Mesa:** Secretária: Sra. Caroline Coelho

4. **Ordem do dia:**

- (a) Abertura da reunião;
- (b) Roda de conversa Fundação Renova – Tema: dia mundial do Meio Ambiente;
- (c) *Status* e próximas entregas dos programas prioritários: manejo de rejeitos; implantação de sistemas de contenção dos rejeitos e de tratamento *in situ* dos rios impactados (“Eixo 1”) e recuperação do Reservatório da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves (UHE Candonga);
- (d) Almoço;
- (e) Encontros e desencontros da Fundação Renova na Foz do Rio Doce;
- (f) Comunicação;
- (g) Programa de Indenização Mediada – Relato sobre o grupo de trabalho referente à política de indenização da pesca;
- (h) Relato sobre o evento de lançamento do Pagamento por serviços ambientais (PSA);
- (i) Acompanhamento de ações das reuniões anteriores e recomendações;
- (j) Encerramento e avaliação da reunião.

5. **Discussões:**

5.1. O coordenador do Conselho Consultivo Sr. Cláudio Boechat iniciou os trabalhos, apresentando a pauta do dia;

5.2. Neuza Tito se apresentou como a nova gerente de território da região do médio rio Doce (Governador Valadares), informando sua trajetória profissional e sua visão para o trabalho que desempenhará na Fundação Renova;

5.3. Como acompanhamento da reunião realizada com os atingidos de Governador Valadares em 14 de abril de 2018, foram discutidas algumas recomendações para aprovação do Conselho Consultivo: (i) articular reunião entre Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), Serviços Autônomos de água e Esgoto (SAAE) dos municípios, Comitê Interfederativo (CIF), Conselho Consultivo e Fundação Renova para discussão sobre a qualidade da água, papéis e responsabilidades. Andrea Azevedo informou que o CIF aprovou o plano de monitoramento da água tratada nas saídas das estações de tratamento de água (ETAs) dos municípios que tiveram seu abastecimento de água interrompidos em decorrência do rompimento da barragem de Fundão,

VISTO
BH. 25/03/19
Gabriel Pereira de Mendonça
Promotor de Justiça
Curador de Fundações

contemplados pela cláusula 171 do Termo de Transação e de Ajustamento de Contas (TTAC). Humberto Savelli acrescentou que deve ficar bem claro que a responsabilidade da Fundação Renova se limita a monitorar e fornecer os dados para os órgãos públicos e que estes são os responsáveis pela sua divulgação à população; (ii) sugerir a elaboração de política para atendimento aos produtores rurais, no intuito de não utilizar apenas a matriz de danos, mas agrupar os diferentes tipos de atingidos conforme sua localidade. Foi questionado se, na reformulação da Governança da Fundação Renova, seria importante considerar a representatividade dos produtores rurais. Roberto Waack sugeriu que, independentemente da representação formal no Conselho Consultivo, seria importante buscar ações que pudessem aumentar a representatividade dessas associações; (iii) reunião com as equipes técnicas dos programas relacionados ao uso sustentável do solo para melhor entendimento quanto à falta de resolução dos passivos e próximos passos, juntamente com os produtores rurais; Lucas Scarascia acrescentou alguns dados sobre o programa e colocou toda a equipe à disposição para essa política de atendimento sugerida; informou, ainda, que as equipes da Fundação Renova estão elaborando um edital para promover assistência técnica aos produtores rurais; (iv) analisar a qualidade dos produtos produzidos pelos agricultores e pecuaristas das regiões atingidas pelo rompimento, a fim de atestar a segurança do consumo; foi mencionado que a certificação da qualidade dos produtos para fins de consumo não cabe à Fundação Renova, mas, sim, ao poder público; (v) envolver a comunidade local na fase de planejamento da implantação do programa de proteção social e não apenas comunicar à comunidade a definição junto ao poder público municipal; Humberto Savelli acrescentou que o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce) tem interesse em participar dessas discussões; Mariana Azevedo esclareceu que a Fundação Renova ainda está em discussão com o poder público para definir a forma de atuação do programa de proteção social e saúde, mas que tem percebido o desejo da população participar desse processo. Andrea Azevedo acrescentou que, para esse programa, a Fundação Renova optou por apoiar as políticas públicas locais, já construídas de forma participativa e que são importantes para as comunidades, tendo em vista que a assistência social é de competência do poder público; (vi) solicitar ao CIF a emissão de esclarecimento às comunidades pesqueiras quanto ao direito de recebimento do seguro defeso pelos pescadores que recebem o auxílio financeiro emergencial. O Conselho Consultivo aprovou essas recomendações;

5.4. O coordenador do Conselho Consultivo Sr. Cláudio Boechat informou sobre a próxima visita à foz do Rio Doce nos dias 28 e 29 de junho de 2018. O conselheiro Sr. Carlos Sangália informou que a agenda terá reuniões com os seguintes públicos: comunidades de Entre Rios e Areal; poder público local; comitê de bacia; sindicato rural de Linhares; defensorias públicas estadual e federal. O conselheiro Sr. Élcio José Souza questionou sobre reunião com os pescadores do município de Conceição da Barra e do distrito Itaúnas. O conselheiro Sr. Carlos Sangália adicionou que a população dessas localidades sente falta de uma maior presença da Fundação Renova. Foi sugerido também a inclusão do município de Sooretama como pauta das visitas e reuniões;

5.5. Na sequência, os conselheiros participaram do evento "Roda de Conversa", realizado pela Fundação Renova com seus colaboradores, cujo tema foi o dia mundial do Meio Ambiente. Raquel Biderman, palestrante do evento, introduziu o tema e questionou à conselheira Sra. Maria Auxiliadora Souza como os atingidos estão vendo as ações da Fundação Renova. A conselheira Sra. Maria Auxiliadora Souza respondeu que há muitos atores envolvidos nas discussões dos impactos do rompimento da barragem de Fundão, dentre eles: imprensa, ministério público, poder

público, atingidos, Fundação Renova, ao passo que a relação com cada um deles tem contextos e visões diferentes. Informou que os atingidos veem as conquistas dos ressarcimentos dos danos por etapas, as primeiras delas vieram após dois anos do rompimento, depois de muito debate entre todos esses agentes. Afirmou que são os atingidos que devem servir de referência para direcionar os estudos elaborados pela academia, citando como exemplo que a população tem dúvidas sobre a qualidade do pescado, por isso esse é o tipo de tema em que a academia deveria atuar. A atuação da Fundação Renova deve ser pautada nas respostas aos atingidos. O conselheiro Sr. Élcio José Souza comentou que tem representado os pescadores e solicitou o adiantamento do processo de verificação das documentações no Programa de Indenização Mediada (PIM). O conselheiro Sr. Carlos Sangália acrescentou que as ações de recuperação ambiental devem caminhar junto com as ações de natureza socioeconômica, pois o aspecto social é tão importante quanto a recuperação do rio Doce. A paisagem é construída pelos aspectos ambiental, social e cultural, não há como dissociá-los. Ressaltou que eventos como esse são oportunos para dar voz às pessoas. A conselheira Sra. Andrea Anchieta disse que há pessoas comprometidas e que lutam por seus direitos. A realidade da Foz é diferente da de Mariana e demais regiões, portanto devem ser tratadas de formas distintas. Afirmou que, assim como a Fundação Renova, os conselheiros também são cobrados, já que estão representando as comunidades. Acredita que deve haver união entre o conhecimento técnico da equipe da Fundação Renova e o conhecimento prático vivenciado pelos impactados. A conselheira Sra. Maria Auxiliadora Souza acrescentou que, além da realidade dos pescadores, outros também foram impactados, como os agricultores, pequenos empresários na área do turismo e faiscaidores, por exemplo. Relatou que os faiscaidores não tinham conhecimento que eram uma comunidade tradicional, nem que a atividade que exerciam era irregular e causava impactos ambientais. O conselheiro Sr. José Geraldo Rivelli acrescentou que as ações da Fundação Renova também impactam o modo de vida do produtor rural, já que alterarão a sua forma de atuar no solo, com visão voltada para preservação de matas ciliares e áreas de preservação permanente (APP). Foi questionado sobre a educação ambiental no intuito de melhorar o exercício dessas atividades. Raquel Biderman respondeu que o tema realmente causa impacto nas comunidades, pois estavam acostumadas a não respeitar as normas ambientais e a não serem fiscalizados no exercício de suas atividades. Por isso, o tema deve ser recriado, não bastando à Fundação Renova apenas disponibilizar as informações, é necessário construir essa nova consciência ambiental junto aos atingidos. A conselheira Sra. Maria Auxiliadora Souza acrescentou que não basta informar aos atingidos a lei que regulamenta aquela atividade econômica. O conhecimento deve ser criado a partir do senso comum até chegar, aos poucos, ao conhecimento técnico. Esse é o grande desafio a ser feito com os atingidos. Acredita que o legado que a Fundação Renova pode deixar é o de trazer conhecimento a estes grupos, gerando uma consciência ecológica. O coordenador do Conselho Consultivo Sr. Cláudio Boechat acrescentou que vê a necessidade da integração dos programas e conexão entre as regiões ao longo do rio, pois só assim será possível criar uma "cultura do Rio Doce". O conselheiro Sr. Carlos Sangália afirmou a necessidade de espaços pedagógicos, onde se faz fundamental o diálogo para integrar as ações dos programas. Sugeriu que a Fundação Renova tenha uma visão mais holística dos territórios, para construir esse conhecimento/educação ambiental. Roberto Waack ressaltou a importância de trazer esse conceito mais amplo de paisagem na construção do conhecimento e das ações da Fundação Renova, afirmando haver necessidade da presença do conhecimento técnico, mas também é fundamental adequá-los à realidade dos atingidos. Ressaltou que esse momento é muito importante para a instituição como um todo. A conselheira Sra. Maria Auxiliadora Souza acrescentou que percebe que os atingidos têm respondido

muito rapidamente e de forma positiva a esta educação popular, citando como exemplo a incorporação do conceito de “pescado” em contraposição a “peixe”, único presente anteriormente. José Carlos Carvalho comentou que não se pode pensar em um programa de educação ambiental no conceito de apenas passar a informação à população. É necessário sair do conceito de que o conhecimento técnico resolve tudo, bem como de se ter uma visão autoritária dirigida àqueles que não possuem formação acadêmica. Pelo contrário, é fundamental entender que o conhecimento técnico deve estar conectado à sabedoria popular. O grande desafio da Fundação Renova é fazer essa ponte entre os dois. Andréa Azevedo observou que no tempo em que tem estado na Fundação Renova tem contribuído para ressignificar seus conhecimentos técnicos. O conselheiro Sr. José Geraldo Rivelli ressaltou que a educação ambiental é parcela inseparável da educação de cidadania e é um processo de longo prazo. Logo, para o momento, a conscientização ambiental seria o passo inicial;

5.6. O conselheiro Sr. Carlos Sangália opinou sobre a roda de conversa, afirmando que achou muito produtiva essa interação. A conselheira Sra. Ubaldina Isaac sugeriu que o convite para as demais rodas de conversa poderia se estender aos demais conselheiros, para fazer uma troca de saberes. A conselheira Sra. Maria Auxiliadora Souza lembrou a importância de se convidarem outros atores/membros das comunidades para esses debates;

5.7. Em seguida, Olívia Braschi se apresentou, informando que atuará no processo de capacitação dos membros do Conselho Consultivo, cuja proposta é orientá-los em casos de conflitos e interlocuções por mediadores externos;

5.8. Pedro Ivo foi convidado para apresentar a atualização do programa de Manejo de Rejeitos. Informou que a extensão impactada do rio foi dividida em 17 trechos, sendo que os planos de manejo dos trechos de 1 a 8 já foram entregues à Câmara Técnica de Gestão de Rejeitos e Segurança Ambiental (CT-Rejeitos), além dos pilotos das lagoas situadas no estado do Espírito Santo. Desses, os planos dos trechos 6, 7 e 8 já foram avaliados e aprovados pelos órgãos ambientais, que autorizaram o replantio das matas ciliares, sem a retirada dos rejeitos depositados nessas regiões. A Conselheira Sra. Ubaldina Isaac solicitou informações sobre a quantidade de rejeitos encontrados nas margens desses trechos. Os demais planos entregues ainda não foram avaliados pelos órgãos ambientais. O conselheiro Sr. Carlos Sangália perguntou quais ações serão implementadas nas lagoas em Linhares, sendo respondido por Pedro Ivo que em todas as lagoas haverá o monitoramento da qualidade da água, do sedimento e da biota aquática e haverá a remoção mecânica e monitoramento do barramento do Rio Pequeno. Já no barramento localizado no rio Bananal, a alternativa de manejo ainda está sendo avaliada. Informou que foram encontrados rejeitos nas Lagoas Nova, Pandolfi e Areal e não foram encontrados na Lagoa de Monsarás. O conselheiro Sr. Tarcísio Foeger perguntou como foi realizada a análise para constatar a presença ou não de rejeitos ao longo do rio e das lagoas. Pedro Ivo respondeu que o método é o de coletar o perfil em pontos e linhas (transectos), metodologia utilizada em Minas Gerais e no Espírito Santo. O conselheiro Sr. Tarcísio Foeger perguntou sobre quantos pontos de amostragem foram coletados nas lagoas para tirar tais conclusões. A conselheira Sra. Andrea Anchieta questionou o porquê de não terem sido encontrados rejeitos na lagoa Monsarás, considerando que a comunidade local entende que a lagoa teve contato com o Rio Doce, reforçando a solicitação de informações um pouco mais detalhada para responder os questionamentos da comunidade. Pedro Ivo se disponibilizou a repassar essas informações posteriormente, por se tratar de tema muito extenso.

Continuação da ata da reunião realizada às 08 horas do dia 19 de junho de 2018.

Ficou definido como encaminhamento que essas informações serão trazidas para apresentação e discussão mais detalhada, em evento específico a ser agendado posteriormente pela Governança da Fundação Renova;

5.9. No que se refere às entregas dos próximos meses, estão contidos: os planos dos trechos 12, 9 e 5 (Bento Rodrigues) e o detalhamento de engenharia para a implantação das obras no trecho 8. Relatou, ainda, como se deu o estudo realizado no trecho 8, projeto piloto, ressaltando que o estudo inicial foi analisado pela CT-Rejeitos, que solicitou estudos complementares para subsidiar a tomada de decisão pela retirada ou não de rejeitos da calha do Rio Doce. Lembrou que a permanência dos rejeitos depositados nas margens já foi autorizada, com o replantio das matas ciliares. Os estudos da calha do rio concluíram que o fundo do rio foi "lavado", e que a estabilização dos rejeitos depositados formou os chamados "Lag Layer", camadas mais estabilizadas e "grossas", mais difíceis de serem carregadas pelo rio. A conselheira Sra. Ubaldina Isaac solicitou informações sobre a espessura dessa camada de rejeitos ao longo do leito do rio desde a região da UHE Candonga até a foz, bem como informações sobre o volume de rejeitos retidos nos barramentos das demais hidrelétricas que existem ao longo do rio. O conselheiro Sr. Carlos Sangália sugeriu envolver as comunidades/pescadores na coleta dos sedimentos para os estudos e monitoramento, visto que têm conhecimento da calha do rio, dos locais onde há maiores e menores depósitos de rejeitos, etc. A conselheira Sra. Ubaldina Isaac perguntou se há integração entre a CT-Rejeitos e a Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água (CT-SHQA). Pedro Ivo respondeu que o programa de manejo faz coletas para a realização dos estudos, mas que também usam os dados de todos os programas, principalmente do programa de monitoramento quali-quantitativo sistemático de água e sedimentos do Rio Doce (PMQQS). Informou que a conclusão do estudo é a tendência ao equilíbrio do nível do leito de fundo. Neste sentido, a alternativa de manejo sugerida para intracalha é a continuação do monitoramento e o capeamento natural. Daniela Reis adicionou que um plano de comunicação está sendo construído para informar a população sobre esses estudos e sobre os planos de manejo. Andrea Azevedo sugeriu a presença da equipe de diálogo para levar a visão das comunidades. Foi ressaltada a falta de comunicação dessas informações às comunidades. Andrea Azevedo afirmou que realmente há essa falha, mas que a Fundação Renova estuda melhorias a implantar no fluxo de comunicação. O conselheiro Sr. Igor Rodrigues sugeriu que, como o tema de manejo de rejeitos é polêmico, antes das reuniões os conselheiros enviem as perguntas por e-mail para que sejam respondidas na reunião. O coordenador do Conselho Consultivo Sr. Cláudio Boechat sugeriu que seja feita uma capacitação sobre o Plano de Manejo de Rejeitos, assim será possível debater tecnicamente os planos, estudos e demais informações. O conselheiro Sr. Humberto Savelli solicitou que os projetos sejam apresentados de forma mais técnica;

5.10. José Luiz Furquim passou a discorrer sobre o programa de implantação de sistemas de contenção dos rejeitos ("Eixo 01"). Apresentou os objetivos: construção de estruturas de contenção de sedimentos a fim de reduzir gradativamente a turbidez dos rios impactados; as ações que serão realizadas: construção de barragem até a elevação de 820 metros, para garantir a estabilização dos rejeitos depositados na região da barragem de Fundão, de modo que não sejam carregados e o descomissionamento do dique s4. O conselheiro Sr. José Geraldo Rivelli, questionou se a barragem de Germano está segura. José Luiz Furquim explicou que sim e que, após o rompimento da barragem de Fundão, a empresa de auditoria independente AECOM foi contratada, em cumprimento ao acordo firmado com o Ministério Público de Minas Gerais

© 2000
Pearson
Education, Inc.

Gabriel Pereira de Mendonça
Promotor de Justiça
Guardador de Arquivos

(MPMG), para avaliar as barragens. Os relatórios emitidos pela auditoria são encaminhados diretamente ao MPMG. José Luiz Furquim fez uma atualização geral de como a equipe tem atuado. E apresentou fotos com imagens do aterro experimental do Eixo 01;

5.11. No que se refere ao programa de recuperação do reservatório da UHE Candonga, informou que o objetivo é a retomada da operação da usina. Explicou como o programa tem operado para realizar a dragagem do reservatório, até a deposição dos rejeitos na fazenda Floresta. O conselheiro Sr. Carlos Sangália perguntou qual a previsão de retomada da operação da usina, sendo respondido por José Luiz Furquim que a previsão é no primeiro semestre de 2020. Esclareceu que a dragagem dos primeiros 400 metros do reservatório é suficiente para o funcionamento da usina. Quanto aos demais rejeitos depositados antes de 400 metros, serão estabilizados e recuperados ambientalmente. Apresentou os indicadores e metas do programa estabelecidos junto à CT-Rejeitos e CIF, que estabelece critérios para a conclusão e encerramento dos programas. José Carlos Carvalho perguntou se após essas entregas a UHE Candonga terá capacidade de operar integralmente nas condições anteriores ao rompimento. José Luiz Furquim esclareceu que a partir de todas essas medidas adotadas, os estudos realizados concluem que será possível retornar à operação nas mesmas condições anteriores, ressaltando que o Consórcio Candonga está participando desses estudos. Apresentou, por fim, a evolução da dragagem dos 400 metros do reservatório, ilustrando com fotos;

5.12. Reunião suspensa para almoço;

5.13. Retornando, Daniela Reis passou a tratar sobre a comunicação com territórios. Explicou como era o cenário da comunicação: ações focadas no atendimento aos programas de forma desarticulada, sob demanda, não alcançando todos os territórios impactados. Nesse sentido, está sendo implantado um novo método de atuação, que passa a integrar o diálogo, redesenhado para dar sentido e direção, esforço de regularidade, agilidade e empatia. Houve também ajustes nos canais de comunicação, visando um olhar menos técnico e mais humano. Informou que a Fundação Renova está criando uma nova estrutura, com foco nos territórios e com o "olhar do atingido", com a implementação do "Sistema Integrado de Comunicação com Território". Para tanto, destacou a contratação de novos profissionais e suporte intensivo nos temas relacionados ao reassentamento e indenização. Andrea Azevedo adicionou que serão criados fluxos para todos os canais de comunicação. Daniela Reis apresentou o objetivo geral da comunicação: apoiar a criação da construção de relacionamentos de confiança. E trouxe um caso prático para análise do Conselho Consultivo: a comunicação da prorrogação do prazo de 29 de junho de 2018 para negociação e pagamento das indenizações. A estratégia para tal comunicado priorizará o diálogo direto com os atingidos e, quando não for possível contato direto, será complementada com vídeos que tenham o "rosto" da Fundação Renova, informações no sítio eletrônico e via aplicativo de mensagens instantâneas "Whatsapp", etc. Os conselheiros Sr. Carlos Sangália e Sra. Andrea Anchieta sugeriram cautela quanto à escolha deste "rosto" da Fundação Renova. O conselheiro Sr. Humberto Savelli observou que os projetos dos programas socioambientais também devem ter um foco maior na comunicação. Ilustrou que no lançamento do programa de pagamento por serviços ambientais (PSA) houve todo um trabalho de comunicação anterior que deu certo, já que o evento foi um sucesso. O conselheiro Sr. José Geraldo Rivelli indagou como é o fluxo de comunicação da Fundação Renova com suas mantenedoras e perguntou como a Fundação Renova lida com as mídias negativas que saem na imprensa relacionadas à Samarco, mas que impactam em sua imagem.

Daniela

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Daniela Reis respondeu que é feito apenas um alinhamento com as mantenedoras, mas a Fundação Renova tem total autonomia na publicação de seus posicionamentos. No que tange às notícias publicadas na imprensa, esclareceu que nos territórios há assessorias da imprensa que fazem o monitoramento local e que a Fundação Renova só se manifesta caso tenha sido expressamente citada. Foi ressaltada a necessidade de desvincular a imagem da Fundação Renova de suas mantenedoras. O conselheiro Sr. Carlos Sangália comentou também a ausência de construção de informações em conjunto com os atingidos, como exemplo o jornal das comunidades. Daniela Reis respondeu que há, sim, participação da comunidade, ao passo que há reuniões periódicas para a confecção do jornal. A conselheira Sra. Andrea Anchieta corroborou que acompanha esse trabalho, participa das reuniões dos grupos do jornal, mas expressou sua preocupação pois a participação vem diminuindo. Perguntou sobre as pessoas que estavam prestando serviços na entrega dos jornais. Daniela Reis respondeu que no dia 16 de junho de 2018 foi feita uma avaliação do jornal na foz do rio Doce, na qual foram levantados pontos positivos e negativos, e que serão implementadas melhorias. No que se refere à prestação de serviços pela comunidade no processo de comunicação, como a entrega do jornal e serviços de fotografia, ainda será avaliado pela Fundação Renova como ocorrerá o pagamento. Na sequência, informou as ações da comunicação para os próximos três meses, dentre elas: melhorias no programa de rádio, boletins Renova, implantação do projeto "Com a palavra" nas escolas das comunidades;

5.14. No que se refere ao plano de comunicação do descumprimento do prazo de pagamento das indenizações referentes aos cadastros das campanhas 1 e 2, estabelecido pelo CIF, Andrea Azevedo esclareceu que a Fundação Renova conseguiu cumprir o pagamento de aproximadamente metade dos cadastros, sendo que os outros não tiveram o pagamento no prazo por diversos motivos, dentre eles o não enquadramento em nenhuma das políticas da pesca, por exemplo. Nesse sentido, indicou que há duas dúvidas que poderiam surgir na população: se após o dia 29 de junho de 2018 nenhum pagamento seria efetuado, e quanto à prescrição do direito à indenização. Elucidou que o objetivo da Fundação Renova na mensagem a ser divulgada será a de, inicialmente, pedir desculpas pelo não cumprimento do prazo, mostrar os motivos do não cumprimento e o que já foi feito até então. O conselheiro Sr. José Geraldo Rivelli perguntou se essa estratégia já está alinhada com o CIF, se já existe um cronograma para início da divulgação do não cumprimento do prazo e como o Conselho Consultivo pode contribuir. O conselheiro Sr. Carlos Sangália sugeriu, ainda, que essa comunicação seja feita de forma segmentada, direcionada a cada comunidade específica. Andrea Azevedo respondeu que foi instalado um comitê de crise para traçar as estratégias, que visará que a Fundação Renova e CIF emitam um ofício em conjunto para informar o fato. Além disso, estuda-se a possibilidade de confeccionar um vídeo simples, explicando o ocorrido, bem como mensagens via aplicativo de mensagem instantânea "whatsapp". Solicitou apoio no sentido de acalmar a população, informando que todos serão atendidos e que o atual fluxo de atendimento não se paralisará em decorrência disso. A conselheira Sra. Andrea Anchieta sugeriu que seja feito um vídeo como aquele denominado "o que nos move". O conselheiro Sr. José Geraldo Rivelli sugeriu que seja explicitado também tudo que a Fundação Renova já fez até então. A conselheira Sra. Ubaldina Isaac opinou que a fixação de multa nem é tão importante, o que importa é a comunicação dos motivos do atraso. Foi ressaltado que o assunto referente à multa não será pauta dessa discussão, e será discutido em momento oportuno junto ao CIF;

5.15. Logo após, Maria Lethícia Mata e André Vasconcelos passaram a discorrer sobre o Programa de Indenização Mediada (PIM). Inicialmente, foram apresentados os números de

Gabriel Pereira de Mendonça
Promotor de Justiça
Curador de Funções

cadastros, de atendimentos, de propostas e de pagamentos realizados. Foi solicitado pelos conselheiros que seja inserido nessa apresentação o número de pessoas que não foram atendidas por ainda não estarem inseridas em nenhuma das categorias da política de pesca; por não serem elegíveis à indenização; não localizadas; dentre outros motivos. André Vasconcelos esclareceu que atualmente há um procedimento para o caso dos atingidos não localizados, que consiste em seis tentativas de contato por telefone, mensagem via “whatsapp” e carta registrada. Realizadas todas essas tentativas, caso o atingido não seja encontrado, o PIM encerrará o atendimento. Se, eventualmente, a pessoa procurar novamente o PIM, o processo se iniciará novamente. Os conselheiros Sra. Andrea Anchieta e Sr. Élcio José Souza sugeriram que as associações de pescadores sejam procuradas para auxiliar, quando possível, no contato com essas pessoas. André Vasconcelos agradeceu o apoio e informou que orientará a equipe do PIM nesse sentido. Prosseguindo, Maria Lethícia Mata informou a reprogramação do prazo de conclusão dos pagamentos das campanhas 01 e 02 de cadastro. Foi informado o acordo firmado com as defensorias e ministérios públicos sobre o termo de quitação utilizado no PIM, que passará a ser específica para cada dano indenizado, o que permitirá o atendimento aos danos duplos. Informou, ainda, sobre a implementação do plano piloto de célula de triagem e célula de elegibilidade e precificação nos escritórios do PIM de Baixo Guandu, Linhares e Periquito, visando a redução de pendências, aceleração de propostas e consequente aumento da efetividade dos acordos. O conselheiro Sr. Élcio José Souza questionou se uma pessoa que já foi indenizada por um dano poderá ser indenizada em relação a outro. André Vasconcelos respondeu que os impactos são declarados no momento de elaboração do cadastro e, após concluído, o portfólio é apresentado ao impactado para que verifique no prazo de 10 dias os dados contidos na ficha cadastral e solicitar suas alterações, se necessário. Só depois desse processo, o portfólio é encaminhado ao PIM. Assim, quando já direcionado ao PIM, caso o atingido alegue um dano não contido no portfólio, ele será redirecionado ao programa de cadastro para reanalisar e, se for o caso, atualizar o cadastro para posterior avaliação no PIM. André Vasconcelos passou a tratar sobre as indenizações a agentes públicos, visto que anteriormente, pela política interna da Fundação Renova, todo pagamento a agente ou servidor público requeria a aprovação pelo Compliance e pelo Conselho Curador. Atualmente, os pagamentos serão aprovados semanalmente pela diretoria da Fundação Renova, o que acelerará o processo de pagamento das indenizações;

5.16. Na sequência, Fernando Cavalcanti passou a discorrer sobre o grupo de trabalho referente à política de indenização da pesca. Apresentou o relatório técnico do projeto piloto do “pescador de fato”, apresentado à Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial (CT-OS) e a ser apresentado ao CIF em sua próxima reunião, explicando como o projeto foi construído e como funcionará. Andrea Azevedo agradeceu a participação do Conselho Consultivo na construção desse projeto piloto, pois é está a forma que a Fundação Renova deve atuar: com a participação popular;

5.17. Foi debatido sobre os casos de possíveis fraudes no recebimento de auxílio financeiro emergencial, sendo enfatizado pelos conselheiros que a Fundação Renova deveria tomar providências. Foi esclarecido pela Andrea Azevedo que as denúncias recebidas pela Ouvidoria são investigadas. Reforçou a importância da divulgação da Ouvidoria da Fundação Renova para denúncias sobre quaisquer irregularidades. Caroline Coelho adicionou que a Fundação Renova já está tomando as providências cabíveis para os casos que fogem da competência de investigação da Ouvidoria e que em breve retornará com a resposta à recomendação nº10 emitida pelo Conselho Consultivo sobre esse tema;

Continuação da ata da reunião realizada às 08 horas do dia 19 de junho de 2018.

VISTO
BH. 25/03/19

Página 10

Gabriel Pereira de Mendonça
Promotor de Justiça
Curador de Fundações

5.18. Por fim, ficou acordado que pareceres do Coordenador sobre as respostas da Fundação Renova às recomendações emitidas por este Conselho serão encaminhados por e-mail para conhecimento dos conselheiros. Na próxima reunião serão indicados conselheiros para acompanhar o tratamento de cada recomendação emitida pelo Conselho Consultivo.

6. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata no livro próprio, a qual, tendo sido lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

Belo Horizonte, 19 de junho de 2018.

Andrea Aparecida Anchieta
Membro do Conselho Consultivo

Carlos Alberto Sangália
Membro do Conselho Consultivo
Cláudio Bruzzi Boechat
Coordenador do Conselho Consultivo
Élcio José Souza de Oliveira
Membro do Conselho Consultivo
Hernani Cirio Santana
Membro do Conselho Consultivo
Hugo Stefano Carvalho Carneiro
Membro do Conselho Consultivo
Humberto Savelli B. Gomes
Membro do Conselho Consultivo
Igor Rodrigues de Assis
Membro do Conselho Consultivo
João Lages Neto
Membro do Conselho Consultivo
José Geraldo Rivelli Magalhães
Membro do Conselho Consultivo
Maria Auxiliadora de Fátima C. Souza
Membro do Conselho Consultivo
Tarcísio Foeger
Membro do Conselho Consultivo
Ubaldina Maria da Costa Isaac
Membro do Conselho Consultivo
Caroline Fernandes G. Coelho
Advogada e Secretária da Mesa

1000
1000
1000